



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 108/15

Brasília – DF, 8 de maio de 2015

Às Seções Sindicais, às Secretarias Regionais e aos Diretores do ANDES-SN

Companheiros,

Estamos encaminhando o relatório da reunião do ANDES-SN com a Secretaria de Relações do Trabalho – SRT/MPOG, realizada em Brasília-DF, no dia 6 de maio de 2015, às 17 horas. Anexamos, também, a carta entregue por ocasião da reunião.

Sendo o que temos para o momento, enviamos nossa cordiais saudações sindicais

Prof<sup>a</sup> Cláudia March  
Secretária Geral



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**REUNIÃO ANDES-SN E SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO –  
SRT/MPOG  
Brasília-DF 6 de maio de 2015 às 17 horas.**

**Presentes:**

**SRT- MPOG:** Sergio Mendonça (Secretário de Relações do Trabalho); Edina Lima (Secretária Substituta); José Borges (Coordenador Geral de Negociação e Relações Sindicais); Vladimir Nepomuceno (Assessor da SRT).

**ANDES-SN:** Marinalva Silva Oliveira (1ª Vice-Presidente) e Claudia March (Secretária Geral).

**PROIFES:** Eduardo Rolim (ADUFRGS-Sindical); Flavio Silva (Presidente da ADUFG-Sindicato); Luciene da Cruz Fernandes e Raquel Nery Lima Bezerra, (APUB); Lucio Vieira e Ricardo Savaris (ADUFRGS-Sindical).

O Secretário, Sergio Mendonça, abriu os trabalhos lembrando o ciclo de reuniões anunciadas pelo Ministro Nelson Barbosa em 20/3, no período de maio a julho e que estão acontecendo mesas com todas as entidades e que, mesmo conhecendo a pauta protocolada das entidades, o objetivo desta reunião era ouvir as prioridades.

Em seguida passou a palavra às Diretoras do ANDES-SN que entregaram uma moção, aprovada no 7º CONAD Extraordinário.

Questionaram a ausência dos representantes do MEC na reunião, posto que consideram fundamental a participação do Ministério, reconhecido pelo ANDES-SN como interlocutor oficial do governo para a pauta da educação.

Solicitaram, também, que na próxima reunião fosse convidado o SINASEFE.

Em seguida, as diretoras do ANDES-SN fizeram um resgate histórico de todo o processo de negociações do ANDES-SN com o governo. A síntese é a seguinte:

2013→ Reunião com Ministro Mercadante (acenou para reuniões com agenda e pauta, porém não houve avanço);

2014→ Reunião com Luis Cláudio (Secretário executivo do MEC) e Paulo Speller (Secretário da SESu-MEC); Assinatura do acordo em abril de 2014, onde pontos conceituais da carreira foram acordados, com previsão de uma próxima reunião que ocorreria dia 21 de maio de 2014, que, entretanto, foi cancelada. Ou seja, há um ano que não há nenhuma reunião nem resposta sobre os passos seguintes do acordo assinado com a SESu-MEC;

Em 2015→ Reunião marcada com o Ministro da Educação, Cid Gomes, que não esteve presente e Luis Cláudio (secretário executivo do MEC),



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

se comprometeu em agendar a próxima reunião, o que até o momento não ocorreu.

Na sequência, foram apresentados os 5 grandes eixos da pauta dos docentes das IFES, aprovada no 34º Congresso e protocolada no MEC e MPOG em Março de 2015. Defesa da Educação Pública; Condições de trabalho: necessidade de solução efetiva à precarização das condições de trabalho e da infraestrutura nas Instituições Federais de Ensino (IFE); Planejamento e previsão de abertura de vagas para docentes e técnicos nas IFE para 2015 e 2016. Sobre os cortes no orçamento: pioraram e muito as condições de trabalho dos docentes e o funcionamento das IFES, inclusive em alguns lugares inviabilizando o seu funcionamento e este aprofundamento das péssimas condições de trabalho tem conduzido os professores a grande insatisfação; Autonomia universitária: cipoal de normas que impedem a autonomia; Valorização salarial de ativos e aposentados: Perdas salariais; as três parcelas anuais perdem da inflação para uma boa parte dos professores, portanto, salarialmente estamos um passo atrás do que estávamos; A necessidade de correções relativas às perdas salariais dos aposentados, decorrentes da desestruturação da carreira aprofundada pela lei 12.772/2012; Reestruturação da carreira: Carreira desestruturada; Perdas salariais; Problemas nas IFES para os professores terem a progressão e a promoção; Instrução normativa 02 do MPOG para não pagar retroativos, tem causado muitos problemas para os docentes, como mais um dos reflexos da desestruturação da carreira; Por isso a reivindicação é: qualquer disposição orçamentária para a carreira, que seja para a sua reestruturação a partir de conceitos. O ANDES-SN reivindica que seja retomado o acordo assinado com a SESu-MEC em abril de 2014, sobre os pontos conceituais da carreira. Na reunião que ocorreria em seguida, dia 21 de maio de 2014, a SESu cancelou e nenhuma outra reunião foi marcada em 2014. Nesta reunião de maio de 2014, seriam apresentadas, de forma objetiva, as propostas que transformam os conceitos em aspectos objetivos. Sendo assim, foi apresentada ao Secretário Sergio Mendonça esta proposta e entregue uma carta contendo explicações sobre cada item e reafirmando a importância em ter o acordo assinado pela SESu-MEC (Paulo Speller) como ponto de partida para continuar as reuniões. As Diretoras do ANDES-SN enfatizaram a falta de resposta por parte do governo. No ano passado, quando pensou que avançaria, tudo foi interrompido. Foi cobrada resposta à carta e à pauta, mas começando por estes pontos como iniciais para avançar na reestruturação da carreira; As Diretoras do ANDES-SN informaram também ao Secretário, que devido aos constantes protelamentos das reuniões ou mesmo quando ocorrem, há ausência de resposta por parte do governo, a categoria está se mobilizando e, na reunião dos docentes do setor das federais dos dias 25 e 26 de abril/15, foi deliberada por uma jornada de lutas no mês de maio com paralisação nacional dos docentes no dia 14 de maio/14 e indicativo de greve para a semana de 25 a 29 de maio, com realização de assembleias até a próxima semana para definir os rumos do movimento. Uma próxima reunião do



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

setor das IFES a realizar-se nos dias 15 e 16 de maio discutirá a deflagração do início da greve.

Sendo assim, destacaram a importância de apresentação, por parte do governo, de respostas aos pontos apresentados, assim como à pauta protocolada, mostrando disposição para negociar, marcando no menor espaço de tempo possível a próxima reunião para respostas objetivas sobre a pauta e mais especificamente, sobre os pontos da reestruturação da carreira.

Proposta do ANDES-SN: elaboração de uma agenda de reuniões com discussões efetivas, a começar por onde foi interrompido em maio de 2014 e ter o acordo assinado pelo Secretário da SESu/MEC, Paulo Speller, em 2014, como ponto para continuar as reuniões.

Indagado sobre as previsões para realização de concurso para docentes e técnicos, o Secretário da SRT, Sergio Mendonça, retomou a palavra e respondeu que estava de acordo que a carreira deveria ser reestruturada e que, qualquer orçamento disponível poderá ser direcionado para este objetivo, mas reafirmou a intenção do governo em reduzir o percentual da folha de pagamento em relação ao PIB e, novamente, vinculou a discussão da reestruturação da carreira ao seu impacto financeiro. Sobre concursos públicos no ano de 2015 e 2016 não tinha nenhuma resposta, mas há possibilidade de não haver, devido às restrições orçamentárias, mas para as IFE, dependeria do MEC mostrar que é necessário.

Sobre as demais reivindicações da pauta, não respondeu e reafirmou que esta reunião era somente para ouvir e na próxima poderia responder às questões postas.

Quanto à próxima reunião, o Secretário respondeu que a previsão é para o mês de junho, quando terá possibilidade de avaliar o espaço orçamentário.

As diretoras do ANDES reafirmaram a necessidade da próxima reunião ocorrer no mais curto espaço de tempo. Em março, na reunião com ministro Nelson Barbosa, foi proposto pelo MPOG um calendário, mostrando que em abril o governo faria um estudo das reivindicações e do limite orçamentário para dar início às negociações, e agora em maio o secretário volta a falar em tempo de um mês para estudar (novamente) as reivindicações e a disposição orçamentária. O secretário disse que iria procurar o MEC no dia seguinte para tentar antecipar a reunião. A ausência de retorno foi duramente criticada pelas diretoras do Sindicato Nacional, que reafirmaram a necessidade de iniciar a discussão da pauta, com a presença do MEC, com base nos conceitos de reestruturação da carreira. A discussão sobre impacto orçamentário, viria posteriormente, após os pontos conceituais sobre a reestruturação da carreira. Esta é a demanda dos docentes para orientar as negociações. A falta de respostas e negociações efetivas por parte do governo tem conduzido a intensificação da mobilização na base do ANDES-SN. O secretário respondeu que, diante deste quadro, procuraria o MEC no dia seguinte para tentar adiantar a reunião.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Foi reforçada a importância da reunião ocorrer antes dos dias 15 e 16 de maio, data na qual ocorrerá reunião do setor das federais e esta reunião como governo será objeto de avaliação.

Brasília – DF, 9 de maio de 2015



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Carta nº 097/2015

Brasília, 6 de maio de 2015

Ao Ilustríssimo Senhor

**Sérgio Mendonça**

Secretário de Relações do Trabalho do MPOG

BRASÍLIA - DF

Senhor Secretário,

Os docentes das Instituições Federais de Ensino avaliaram, no 34º Congresso do ANDES-SN, que houve avanços na reunião do dia 23 de abril de 2014 com a SESU-MEC, diante do acordo sobre três pontos iniciais para a reestruturação da carreira a partir do projeto do ANDES-SN. E avaliaram que esse avanço ocorreu por conta da intensificação da mobilização docente na base. Diante desta perspectiva, os docentes deliberaram intensificar a mobilização, fortalecendo as assembleias, aprofundando o debate sobre a greve, reforçando a centralidade das pautas locais, a partir da articulação com a pauta nacional de negociação em curso (carreira, salário, condições de trabalho e autonomia). Nesse sentido, está sendo realizada a Jornada do mês de maio com paralisação nacional dos docentes no dia 14 de maio, e realização de assembleias e definição dos rumos do movimento em face do momento conjuntural.

Em relação aos quatro pontos que foram destacados em reuniões com a SESU-MEC, apresentaremos novos pontos para discussão com respaldo da categoria como foco central na reestruturação da carreira e na autonomia universitária. Nesse ponto, destacamos os seguintes aspectos prioritários:



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

1) Avançar na objetivação do primeiro conceito que houve aceitação do MEC sobre a reestruturação da carreira com definição de um horizonte temporal para a implantação desse conceito na carreira.

**O conceito é:**

*“Fixar como conceito no texto da Lei:*

*- a estruturação em degraus constantes desde o início até o final;*  
*- percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações;*  
*- relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da Dedicção Exclusiva;*  
*(a combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada professor, segundo a sua situação particular quanto ao nível na carreira, a titulação e o regime de trabalho”*

**A nossa proposta é:**

- Degraus constantes determinados mediante variação crescente em razão de 5%;

- Percentuais de acréscimos relativos à titulação: 75% para doutor; 37,5% para mestre; 18% para especialista; 7,5% para aperfeiçoamento (os acréscimos não são cumulativos);

- Percentuais de acréscimos relativos ao regime de trabalho, tomando por base o regime de 20h, serão: 100% para o regime de 40h; 210% para o regime de DE.

2) Novo ponto conceitual da carreira sobre reenquadramento:

- Reenquadramento dos docentes ativos, aposentados e instituidores de pensão, em posição de equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira (no caso dos aposentados e instituidores de pensão em relação ao topo da estrutura da carreira que estava em vigor na data da sua aposentadoria).

- Reenquadramento dos professores ativos ou aposentados que cumpriram os requisitos para progressão funcional, mas ficaram retidos no nível ou classe por tempo superior ao interstício previsto, e também os professores aposentados com a vantagem prevista no artigo 192 da Lei 8112 – RJU terão os períodos e níveis correspondentes acrescidos;

2) E, por último, apresentar, inicialmente, sobre Garantia da Autonomia, as seguintes propostas:





Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- autorização imediata da ocupação dos cargos de docente existentes e criação de novas vagas para atender as demandas existentes preferencialmente em Dedicção Exclusiva (nenhuma disciplina sem professor) inclusive para os Colégios de Aplicação;

- Atendimento urgente das necessidades de infraestrutura das instituições federais garantindo plenamente as condições para ensino, pesquisa e extensão com qualidade: conclusão das obras iniciadas, inclusive aquelas que assegurem as condições de estudo e permanência estudantil.

- Reverter o movimento que intentaria a regulamentação do preceito constitucional da autonomia das universidades federais, seja com a denominação de Lei Orgânica ou outra, adotando, isso sim, medidas urgentes para afastar as inúmeras imposições normativas e de condutas do Poder Executivo que agridem a autonomia universitária, entre elas a transferência das atribuições das assessorias jurídicas para a AGU, a submissão dos órgãos de pessoal ao sistema centralizado de pessoal do governo federal, a gestão, controle e condicionamentos dos hospitais universitários à empresa externa (EBSERH), entre outras.

- Revogação da Lei 9192/92 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei 9394/96 (LDB) que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia, de forma que a composição dos conselhos superiores e a escolha dos dirigentes sejam definidas pelas próprias comunidades universitárias;

- manutenção dos saldos do exercício financeiro na instituição para livre execução no exercício seguinte;

- Revogação da Portaria Conjunta nº 2, de 30 de novembro de 2012, da Secretaria de Gestão Pública e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que disciplina os critérios de pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Senhor Secretário, nessa circunstância, vimos solicitar de V. S<sup>a</sup>, uma resposta sobre o assunto em tela, de grande importância para o movimento docente.

Atenciosamente,

Prof<sup>a</sup> Marinalva Silva Oliveira  
1<sup>o</sup> Vice-Presidente